

Salários na Administração Pública**Muito longe do necessário****Governo PS deixa 600 mil trabalhadores sem aumento de salário!**

O Governo PS continua sem responder às reivindicações da Frente Comum apresentadas na PRC para 2019. Em reunião realizada no dia 7 de Dezembro, informou que a única medida salarial que prevê é a de colocar o salário mínimo no valor da 4.ª posição da Tabela Remuneratória Única, ou seja, nos 635€, uma medida que, segundo o Governo, abrangeria cerca de 70 mil trabalhadores. De fora ficariam centenas de milhar de trabalhadores.

O anúncio desta medida é profundamente demagógico, desde logo porque não decorre de qualquer vontade ou iniciativa do Governo nesse sentido, mas antes da aplicação obrigatória da lei em vigor que impede que haja trabalhadores na 3ª posição da TRU (583€) que ficariam remunerados abaixo do SMN aprovado em concertação social, por sinal no mesmo dia. Por outro lado a medida anunciada pelo Governo para fugir à justa valorização geral dos salários na administração pública, procura dividir trabalhadores, explorando sentimentos, de forma torpe, sentimentos miserabilistas.

É justo, necessário e merecido que os trabalhadores com salários mais baixos possam recuperar o poder de compra, mas é inadmissível que cerca de 600 mil trabalhadores continuem, com este estratagema do Governo, sem aumento salarial desde há 10 anos, quando está a subir o custo de vida e se mantém a brutal carga fiscal do IRS sobre os trabalhadores! A Frente Comum e os seus sindicatos não podem aceitar esta situação.

A Frente Comum repudia a atitude do Governo que optou por decidir 635€ de salário mínimo para uns e 600€ para outros!

A Frente Comum, tal como a CGTP-IN, propôs o aumento do SMN para 650€ - igual para todos os trabalhadores da Administração Pública ou do privado!

A Frente Comum propôs um aumento salarial mínimo de 60€, para todos os trabalhadores!

Assim, haveria justiça, aumento salarial e reposição do poder de compra para todos os trabalhadores!

O governo volta à carga com o discurso de que *“em média, cada trabalhador da Administração Pública terá um aumento de 3%”*. Quem trabalha na Administração Pública e vive do seu salário, sabe que é mentira! Não é honesto querer misturar progressão na carreira (que só alguns irão ter) com a revisão salarial (que defendemos que abranja TODOS)! Os trabalhadores sabem fazer contas!

www.frentecomum.com

Os trabalhadores sabem que o direito à progressão foi descongelado, mas o governo decidiu fasear o pagamento desse direito mantendo-o assim congelado! Até Maio de 2019, 50% do nosso direito mantém-se nos cofres do estado!

A Frente Comum não aceita que se diga que não há dinheiro! Todos sabemos que não faltam milhões para pagar os juros da dívida, para continuar a sustentar as PPP - Parcerias Público Privadas, e para safar a banca. Há dinheiro! O que este governo não tem, é vontade política!

A luta vai continuar!

Todos os avanços, todos os direitos resultaram da luta, assim será também com os salários!

No imediato a Frente Comum apela à participação de Delegados, Dirigentes e Activistas Sindicais no Cordão Humano, dia 12 de Dezembro, pelas 14h30, em Lisboa, com início na Praça da Figueira e terminando em frente ao Ministério das Finanças, com a entrega ao Governo de "prendas" que correspondem a justas reivindicações sobre problemas que se arrastam e que os trabalhadores da Administração Pública exigem que se resolvam em 2019!

10 de Dezembro de 2018

FCSAP